

Associação Mineira do Ministério Público empossa nova diretoria



MARCELO SEZIAL

O procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira assumiu mais um mandato à frente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). A posse solene, em substituição a Rômulo Ferraz, foi realizada no dia 27 de março. Com ele assumiram Shirley Fenzi Bertão, 1º vice-presidente; João Medeiros Silva Neto, 2º vice-presidente; Edson Ribeiro Baêta, 3º vice-presidente; Gilberto Osório Resende, 4º vice-presidente; Selma Maria Ribeiro Araújo, 1º diretor administrativo; Valéria Dupin Lustosa, 2º diretor administrativo; Carlos Henrique Torres de Souza, 1º diretor financeiro; e

Luiz Felipe de Miranda Cheib, 2º diretor financeiro. Também foram empossados os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal. Da solenidade, participaram, entre outras autoridades, o governador Antonio Anastasia e o vice Alberto Pinto Coelho; o presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Costa; o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes; e o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Bechara Nader Mattar Júnior.

▲ A posse foi realizada em 27 de fevereiro

PÁGINAS 8 E 9

Agenda Cultural vai a São Sebastião do Paraíso



Ortal, Ferreira da Silva

A Associação Mineira do Ministério Público promoveu, em 8 de março, a primeira edição da Agenda Cultural 2012. A reunião de trabalho com associados foi coordenada pelo presidente da AMMP, Nedens Ulisses. Da pauta de debates, questões administrativas e temas de interesse da classe em discussão no Conselho Nacional do Ministério

Público (CNMP), nos tribunais superiores e no Congresso Nacional. O promotor de Justiça Fábio Guedes de Paula Machado, da Comarca de Uberlândia, fez palestra sobre "Sistema de proteção das áreas de preservação permanente" para associados e estudantes de Direito da Libertas Faculdades Integradas.

PÁGINA 3

AMMP recebe os novos promotores

PÁGINA 5

FESMP promove mais um curso de inteligência

PÁGINA 6

▲ Nedens Ulisses Freire presidiu os trabalhos

MP está entre as três instituições mais confiáveis

O Ministério Público está entre as três instituições mais confiáveis e honestas para a população brasileira, de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas divulgada em fevereiro. A pesquisa, preparada desde 2009, avalia o chamado Índice de Confiança.

O MP aparece na terceira posição, com 51% de índice de confiança, ficando atrás das Forças Armadas e da Igreja Católica. Grandes

empresas ficaram em quarto lugar e a imprensa escrita, em quinto. A pesquisa, realizada pela Escola de Direito da FGV de São Paulo, ouviu 1.550 pessoas de diferentes estados do país, entre eles Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal.

Para o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Ge-

rais (CNPJ), Cláudio Lopes, procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, esse resultado, “com certeza, é fruto da firme atuação de procuradores e promotores em todo o Brasil nas diversas áreas onde exercemos nossas atribuições”. Ele manifestou também sua “imensa satisfação” com o sentimento de credibilidade da população no Ministério Público brasileiro.



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Valéria Dupin Lustosa

1º diretor financeiro
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor financeiro
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórter
Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Repórter
Bárbara Peixoto

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.500 exemplares

Supremo mantém MP ao lado de juiz

O promotor deve sentar-se ao lado do juiz. Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 12 de março, a ministra Cármen Lúcia negou pedido de liminar a uma reclamação do juiz Ali Mazloum, da 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que defende uma portaria pela qual posicionou os integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública em um mesmo nível, na mesa onde se sentam as partes do processo.

Depois da mudança, 16 promotores entraram com ações na Justiça defendendo o direito de permanecer ao lado do juiz. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região aceitou o pedido. Mazloum alegou que a competência de julgar a causa seria do Supremo, pois o assunto envolve interesse de toda a magistratura nacional.

A ministra Cármen Lúcia entendeu que, “além de não haver no caso perigo de demora comprovado, pois o assento do representante do Ministério Público em posição privilegiada é costume praticado e aceito há muito tempo, o deferimento da medida liminar é impedido pela dúvida quanto ao cabimento da reclamação”.

Os defensores públicos reivindicam forma igualitária com a acusação, a chamada “paridade de

armas”, nas audiências criminais. Os promotores contestam a alteração. Tradicionalmente nos julgamentos, membros do Ministério Público se sentam à direita do magistrado, em nível mais elevado que advogados e partes. Não por mera opção estética, mas previsão legal.

A Lei Orgânica do Ministério Público, de 1993, inclui entre as prerrogativas de seus integrantes “sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juizes”. Mas em 2009, uma mudança na Lei Orgânica da Defensoria Pública garantiu a seus membros o direito de “sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.” Alguns magistrados passaram a adotar a regra. Segundo o juiz Ali Mazloum, em sua reclamação no STF, “é óbvio que não haveria isonomia caso o MP continuasse colado ao juiz, inquirindo testemunhas do alto do estrado e do centro da sala”.

Também o juiz Ben-Hur Viza, do 2º Juizado Especial do Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal, responsável por questões criminais, promoveu uma reforma. “Se a Defensoria deve ficar no mesmo nível do MP, e este no mesmo nível do juiz, tirei o tablado que havia na sala e coloquei todo mundo no mesmo piso”, disse. “É muito mais fácil para uma mulher vítima de violência falar sobre os problemas dela de um

ANTONIO SUXBERGER - promotor de Justiça

A disposição tradicional das cadeiras reflete o posicionamento que o MP ocupa no Brasil: “É o fiscal da ordem jurídica, por isso tem que estar à direita do magistrado”

mesmo nível dos outros, do que se estivesse um degrau abaixo.” Essa mudança feita por ele e outros juizes do DF é questionada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde o Ministério Público já conseguiu liminar para restabelecer o local dos assentos.

Para o promotor de Justiça Antonio Suxberger, assessor da procuradoria-geral do DF, a disposição tradicional das cadeiras reflete o posicionamento que o MP ocupa no Brasil: “É o fiscal da ordem jurídica, por isso tem que estar à direita do magistrado.” Ele lembra que a instituição nem sempre está na posição de acusação, e pode atuar de forma desvinculada dos interesses que sustenta no processo.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também entrou na discussão e prepara ação pedindo ao Supremo que declare inconstitucional o artigo que garante o assento do MP à direita do juiz.

AMMP abre a Agenda Cultural 2012

A Agenda Cultural 2012 foi aberta, no dia 8 de março, em São Sebastião do Paraíso, Sudoeste do Estado. A reunião dá sequência à interiorização das atividades jurídico-culturais da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). O encontro foi realizado na Libertas Faculdades Integradas.

Na reunião de trabalho com os associados coordenada pelo presidente da AMMP, Nedens Ulisses, foram tratadas questões administrativas e temas de interesse da classe em discussão no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos tribunais superiores e no Congresso Nacional.

Participaram do encontro os promotores Alexandre Resende Grilo e Cláudio Luís Gonçalves Marins, de Guaxupé; Cristiano Cassiolato, de Carmo do Rio Claro; Emílio Carlos Walter, Silvana da Silva Azevedo, Manuella de Oliveira Nunes Maranhão Ayres Ferreira, Luis Augusto Belloti e Rômulo Aguiar Generoso, de São Sebastião do Paraíso; Rodrigo Colombini, de Jacuí; e André Fernando Coluço, de Ibiraci, além do segundo e terceiro vice-presidentes João Medeiros e Edson Ribeiro Baêta, respectivamente.

Ainda na faculdade, foi ministrada palestra para os associados e alunos, visando à maior interação do



OTAVIO FERREIRA DA SILVA

MP com a comunidade acadêmica, pelo promotor de Justiça Fábio Guedes de Paula Machado, da Comarca de Uberlândia, sobre “Sistema de proteção das áreas de preservação permanente”. Guedes é mestre e doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor em Direito Penal pela Universidade de Barcelona (Espanha); professor associado da Universidade Federal de Uberlândia e professor do Programa de Mestrado da Faculdade de Itaúna.

Compuseram a mesa Edson Baê-

ta, o juiz de Direito Osvaldo Medeiros Néri, Nedens Ulisses, Fábio Guedes de Paula Machado, Luis Augusto Belloti e o diretor da Libertas Faculdades Integradas, Davidson Scarano.

▲ Nedens Ulisses fala aos associados

Mais encontros

Neste ano, a AMMP vai promover dez edições da Agenda Cultural. Além do encontro em Paraíso, Uberaba (12 de abril), Juiz de Fora (3 de maio), Montes Claros (14 de junho), Almenara (5 de julho), Teófilo Otoni (6 de julho), Pouso Alegre (9 de agosto), Uberlândia (13 de setembro), Governador Valadares (18 de outubro) e Divinópolis (8 de novembro).

Rômulo Ferraz assume a Secretaria de Defesa Social

WELLINGTON PEDRO



▲ Anastasia deu posse a Rômulo Ferraz no dia 20 de março

O governador Antonio Anastasia deu posse, no dia 19 de março, ao procurador de Justiça Rômulo de Carvalho Ferraz no cargo de secretário de Estado de Defesa Social, em substituição ao deputado Lafayette Andrada, que retornou à Assembléia Legislativa.

Rômulo Ferraz, 51 anos, natural de Belo Horizonte, é graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi promotor de Justiça nas comarcas de Mesquita, Congonhas, Contagem e Belo Horizonte.

É procurador de Justiça desde março de 2001, tendo sido promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, Combate à Sonegação Fiscal e de Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais, além de promotor eleitoral em Belo Horizonte.

Integrou o Conselho Superior e a Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, além de ter sido secretário do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. No biênio 2010/2012, ocupou a Presidência da Associação Mineira do Ministério Público. É membro do Conselho Deliberativo da AMMP.

Aprovação de projeto de previdência complementar do serviço público serve de alerta aos membros do MP

A instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos, prevista com a aprovação de projeto de lei na Câmara dos Deputados, e que já está na pauta do Senado para análise, co-

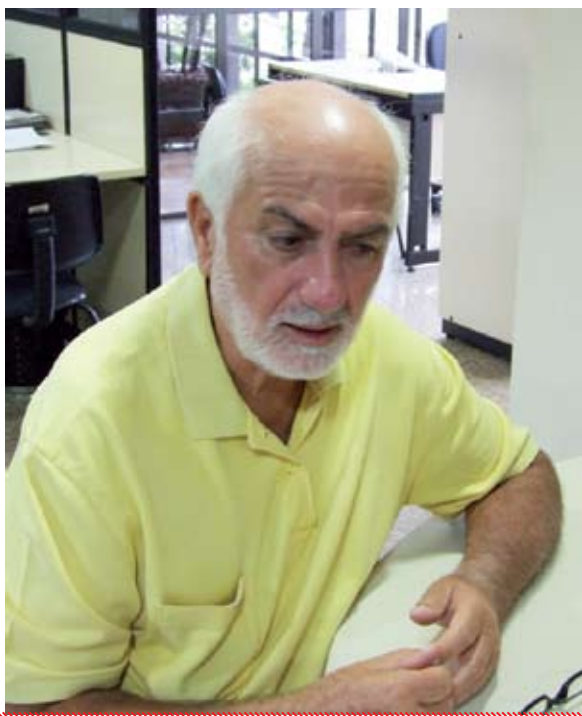
loca em evidência a necessidade de os membros do Ministério Público aderirem à Jusprev – Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira, alerta o procurador de Justiça mineiro Flodesmidt Riani, conselheiro da Jusprev. “A rigor, esse projeto não muda nada para os membros do Ministério Público”, destaca Riani. O que se pretende com a previdência complementar é manter na aposentadoria o poder de compra dos proventos.

A partir da Emenda 41, em 2003, a aposentadoria dos membros do Ministério Público, assim

como de todos os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, foi definida pela média das últimas 80 maiores contribuições.

Para melhor atender os membros do MP mineiro, a Jusprev mantém o consultor Marco Oliveira, que atende pelos telefones (31) 8451-4962, (32) 3083-3166 ou 8879-0307, ou pelo e-mail moliveira@terra.com.br. Mais informações podem ser obtidas em www.jusprev.org.br.

BARBARA PEIXOTO



▲ Flodesmidt Riani: “a rigor, esse projeto não muda nada”

Planjus

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, em fevereiro, alterações no regulamento do Planjus, o plano da Jusprev, propostas pelos órgãos colegiados da entidade. A Portaria foi publicada no dia 9 de fevereiro (edição n.º 29, seção 1) do Diário Oficial da União. Parte da alteração se justifica por causa do ingresso da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil como instituidora da Jusprev.

Dos planos de previdência instituídos o Planjus está entre os dez maiores do país. Seus investimentos passam de R\$ 30 milhões, segundo a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Investimentos

A primeira reunião do Comitê de Investimentos da Jusprev foi realizada em 13 de março, na sede da entidade, em Curitiba. Participaram o presidente do Comitê, Paulo Roberto Vasconcelos, da Associação dos Magistrados do Paraná; José Roberto Galvão Leite, *controller* da Associação Paulista de Magistrados; Luiz Fernando Baldi, da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, e a gerente da Jusprev, Deborah Traldi Maggio.

Na ocasião, foi ministrada a palestra “Mercado de Investimentos” pelos representantes da Infinity Asset Management, o diretor de Estratégias e Produtos e Gestor de Renda Variável, André Tadeu Paes de Souza e o Diretor Comer-

cial, Felipe Vidigal.

Os diretores da Asset, que é a responsável pela gestão dos investimentos da Jusprev desde 2009, fizeram exposição sobre a gestão dos recursos captados pela entidade e suas respectivas aplicações. A partir disso, o Comitê poderá analisar a atual situação das aplicações financeiras realizadas, com o objetivo de assessorar o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva na tomada de decisões.

Durante a reunião, foi proposta a realização de curso sobre gestão de investimentos, destinado aos membros da Diretoria, dos conselhos e do Comitê da Jusprev, bem como aos colaboradores da entidade.

Conamp é contra modelo de previdência aprovado

No entendimento da Conamp, que elaborou nota técnica sobre o projeto, o PL 1992/07 traz inúmeros prejuízos, entre eles, a privatização da previdência social, uma vez que o Funpresp terá natureza privada. Segundo a Associação, o modelo sugerido já foi adotado, sem sucesso, por países da América Latina como Chile e Argentina, onde a gestão privada dos recursos, além de elevar os custos de administração, consumiu as reservas e provisões garantidoras do pagamento dos benefícios. O insucesso da privatização da previdência social resultou na reestatização dos sistemas de aposentadorias chileno e argentino, destaca a nota técnica, entregue a deputados e integrantes do Governo federal.

A Conamp também divulgou nota, em parceria com as demais entidades representativas do MP e da magistratura sobre o PL.

AMMP dá boas-vindas aos novos promotores

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu, na noite do dia 5 de março, coquetel de boas-vindas aos novos promotores de Justiça substitutos no salão de festas do edifício-sede. No mesmo dia, foi realizada a posse solene perante a Câmara de Procuradores de Justiça.

ALEX LANZA



Os 40 aprovados no 51º Concurso para Ingresso na Carreira, que participam de curso de preparação no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). Eles são:

Amanda Luiza Soares Lopes Kalil, Ana Gabriela Brito Melo Rocha, Carolina Queiroz de Carvalho, Daniela Dias Zanatta, Diogo Cabral Giordano Garios, Eduardo Fantinati Menezes, Emmanuel Levenhagen Pelegrini, Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto, Flávia Roberti Ferreira, Guilherme Silva de Deus, Gustavo Henrique Oliveira, José Cícero Barbosa da Silva Júnior, José Geraldo de Oliveira Silva Rocha, Marco Fratzezi Gonçalves, Maria Paula Pereira da Rocha, Maria Tereza Diniz Alcân-

tara Damaso, Maria Duarte Leão, Mariana Lisboa Carneiro, Pedro dos Reis Campos, Pedro Henrique Andrade Santiago, Philippe Augusto de Moura Abreu, Rafael Medeiros Antunes Ferreira, Raphael Soares Moreira César Borba, Renata de Andrade Santos, Renato Ângelo Salvador Ferreira, Roberto Pinheiro da Silva Freire, Rodrigo Augusto Fragas de Almeida, Rodrigo

Caldeira Grava Brazil, Rodrigo Lionel Barbosa, Susan Kennea de Melo, Thiago Fernandes de Carvalho, Tiago do Amaral Barbosa, Tiago Tanure Costa, Valeria Fernandes Andrade, Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, Vinícius de Oliveira Pinto, Wagner Aparecido Rodrigues Dionizio, Walmea Elyze Carvalho, Warlen Henrique Macedo e Weber Augusto Rabelo Vasconcelos.

▲ A posse foi realizada, pela primeira vez no pilotis da Procuradoria-Geral de Justiça

Criada Comissão de Defesa de Prerrogativas

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) criou a Comissão de Defesa de Prerrogativas, direcionada ao auxílio e à defesa do associado em “situações de crise”, bem como da própria Instituição, tendo em vista inúmeros projetos de lei em tramitação nas casas legislativas. Essa comissão é importante instrumento, projetando-se em última instância na vigência plena do Estado Democrático de Direito e nas garantias do cidadão.

Segundo dispositivos legais e constitucionais, o Ministério Público exerce, isoladamente ou em concurso com outras instituições, atribuições que estão dentre as mais relevantes à manutenção do Estado Democrático. Como sabido, provoca constante

embate entre os membros do Ministério Público e integrantes dos poderes públicos (Legislativo, Executivo e Judiciário) e detentores do “poder econômico”, entre outros.

A qualidade da atividade ministerial está diretamente ligada à organização institucional e à defesa das prerrogativas de seus membros. “Quanto maior for o receio de atuação por parte dos Órgãos de Execução do Ministério Público, face às pressões externas e internas que possam vir a sofrer, mais fragilizados serão o Estado de Direito e as garantias do cidadão”, destaca a 1ª vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi Bertão, que compõe a Comissão, integrada pelo presidente Nedens Ulisses Freire Vieira, pelo assessor para Assuntos Institucionais, procurador de Justiça Antônio Sérgio

Tonet, e pelos promotores de Justiça Cássia Virgínia Senra Teixeira Gontijo, Heleno Rosa Portes, Jeffer Bedram, Marcos Tofani Baer Bahia, Marcio Rogério de Oliveira e Daniel de Oliveira Malard.

Depois de criada, a Comissão de Defesa de Prerrogativas, “já interveio em apoio a colegas de Poços de Caldas, por práticas descabidas do magistrado daquela Comarca, especialmente no que tange ao assento à direita do juiz”, informa Shirley.

Para conhecimento e acesso rápido à Comissão, além do telefone da AMMP (31) 2105-4878, do presidente Nedens Ulisses (31) 9619-9908 e da 1ª vice Shirley Bertão (31) 8857-1761, foi disponibilizado também o telefone (31) 9820-7878, por meio do qual poderá ser solicitado o apoio necessário.

FESMP abre inscrições para cursos de inteligência

Estão abertas inscrições à sexta turma do Curso de Pós-Graduação em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP), cujas aulas terão início em 27 de abril. A especialização, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), é feita em parceria com o Centro Universitário Newton Paiva (instituição certificadora) com duração de 360 horas-aulas.

As aulas serão ministradas em um final de semana por mês, às sextas-feiras e sábados, na sede da FESMP, de 27 de abril próximo a 18 de maio de 2013, com férias previstas para janeiro. A correção de monografias será feita em junho e julho de 2013. A defesa de monografias

está prevista para o período de 1º a 31 de agosto de 2013. Poderá, facultativamente, haver aulas nos dias 14 e 15 de junho de 2013.

A especialização se destina a profissionais da área, policiais, peritos, militares, membros do Ministério Público, magistrados, auditores fiscais, bombeiros militares, agentes penitenciários, gestores públicos, profissionais de segurança e integrantes de órgãos de corregedoria, fiscalização, auditoria, controle e investigação. As inscrições estão abertas na sede da FESMP (Rua dos Timbiras, 2.928, 4º andar (31) 3295-1023, fesmpmg@fesmpmg.org.br. Outras informações no site www.fesmpmg.org.br.

As disciplinas do curso são: Inteligência – Produção do Conheci-

mento, Contraineligência, Operações de Inteligência e Tecnologia, Política, Administração, História e Direito da Inteligência e Metodologia da Pesquisa, Metodologia do Trabalho Científico e Orientação Monográfica. O curso vai até 31 de agosto de 2013.

Das cinco primeiras turmas participaram procuradores e promotores de Justiça, juízes federal e de Direito, delegados e agentes da Polícia Federal, oficiais e praças da Polícia Militar, delegados da Polícia Civil, procuradores da República e do Trabalho, oficiais de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), auditores fiscais estaduais e federais, analistas de tribunais de Contas da União e do Estado, e agentes penitenciários.

Corpo docente

O corpo docente é composto pelo procurador de Justiça Denilson Feitoza, pós-doutor em Inteligência, Segurança e Direito, doutor em Direito e pesquisador-doutor de Inteligência; delegado federal Alessandro Moretti, especialista em Inteligência de Estado e de Segurança Pública; coronel Arismar Luz, mestre em Ciências Militares; George Felipe Dantas, doutor em Educação; coronel Gilson Libório, mestre em Aplicações Militares; delegado federal Jerry Antunes de Oliveira, especialista em Inteligência de Estado e de Segurança Pública; Joannisval Gonçalves, doutor em Relações Internacionais; coronel José Eduardo, especialista em Gestão Estratégica da Informação; coronel José Lú-

cio, Alta Especialização para Forças Policiais; José Luiz Quadros, doutor em Direito; coronel Marcos Amorim, mestre em Operações Militares; delegado federal Marcos David Salem, especialista em Inteligência de Estado e de Segurança Pública; coronel Pedro Busch Neto, doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares; Raul Grumbach, mestre em Ciências Navais; coronel Roger Matta, mestre em Aplicações Militares; perito Sérgio Teixeira, mestre em Engenharia Elétrica; agente federal Vladimir Brito, especialista em Inteligência de Estado e de Segurança Pública; coronel Wilson Cardoso, especialista em Inteligência de Estado e de Segurança Pública, dentre outros.

Outros

A FESMP promove outros cursos de capacitação e treinamento de Inteligência, Contraineligência e Operações de Inteligência, que podem ser ministrados em todo o Brasil, com aulas práticas e carga de oito a 360 horas.

A Fundação pode ser contratada, na forma da lei, com inexigibilidade de licitação, dispensa de licitação ou contrato particular, conforme o caso, informa o coordenador do curso, procurador de Justiça Denilson Feitoza.



É assim que você contrata o seu seguro?

Contratar um seguro envolve confiança, referências sobre qualidade de serviços e estrutura. Ao contratar uma apólice de seguro, fale com a Siena Corretora de Seguros. Nós somos credenciados pela AMMP em função do nosso histórico e qualidade dos serviços que oferecemos. Por sabermos como utilizar a força da sua entidade profissional a seu favor, obtemos melhores coberturas e custos. Então, não confie na sorte. Faça os seus seguros com a Siena.

Siena Corretora de Seguros
Central de Atendimento ▶ 0800 771 1231



Nós fazemos mais por você.
www.sienaseguros.com.br

Antônio José Leal é o ouvidor do MPMG

O procurador de Justiça Antônio José Leal é o novo ouvidor do Ministério Público de Minas Gerais. Leal foi empossado no dia 9 de fevereiro, em solenidade realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Leal substituiu o procurador de Justiça Mauro Flávio Ferreira Brandão, que foi o primeiro ouvidor da Instituição.

Antônio Leal trabalhou nas promotorias de Justiça de Taiobeiras, Brasília de Minas, Peçanha e Ponte Nova antes de chegar a Belo Horizonte, em 1984. Foi subcorregedor-geral por mais de uma década, além de ter participado de diver-

sas diretorias da AMMP. Em seu discurso, lembrou sua trajetória e revelou que assumiu a função “como no início da carreira, abrindo as portas para a população”.

Segundo Antônio José Leal, “não há modificação a ser realizada no Órgão. Ele caminha sozinho. Está bem estruturado e com uma equipe de servidores capacitada. Meu pensamento é dar continuidade ao trabalho desenvolvido. Por sinal, um trabalho invejável, o que gera uma responsabilidade muito grande”.



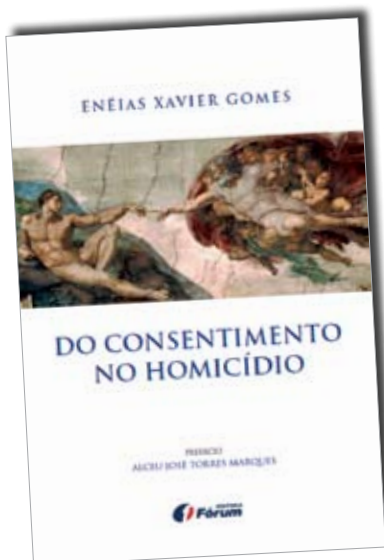
ALÉZ LANZA

▲ Leal assumiu no dia 9 de fevereiro

ESTANTE

Lançamento

Enéias Xavier lança 'Do Consentimento no homicídio' no dia 12 de abril



O promotor de Justiça Enéias Xavier Gomes e a Editora Fórum lançam, no dia 12 de abril, às 19 horas, na AMMP, o livro “Do Consentimento no homicídio”. A obra se destina a profissionais de Direito Penal e Constitucional, como promotores de Justiça, advogados e juizes.

Por meio de casos históricos, Enéias discorre sobre o tema nas legislações brasileira e alienígena, tratando-se não apenas do consentimento, mas também das principais correntes acerca do início e fim da

vida humana e da proteção à vida. É abordada a tipificação do homicídio no Código Penal brasileiro, além de serem apresentados casos práticos e posições dos tribunais.

A obra sintetiza os pontos de vista favoráveis ao consentimento no homicídio, como, por exemplo, as posições de Claus Roxin, Günter Jakobs e Enrico Ferri. O autor apresenta sua posição em sentido contrário.

O trabalho também analisou o auxílio ao suicídio e casos de consentimento indireto, como eutanásia, ortotanásia, distanásia, prática sexual com portador de HIV, utilização de material contaminado, práticas esportivas violentas fomentadas pelo Estado, greves de fome, recusa de transfusão de sangue pelos seguidores da religião Testemunhas de Jeová, dentre outros.

A partir desse esforço, Enéias rechaça entendimentos que permitem a evaporação da vida com tamanha facilidade — e com ela os sonhos, as amizades, as vontades, as expectativas e os amanhãs. O ideário da obra é um brado pela preservação da vida humana, um apelo à consciência universal.

Direito do Consumidor – Questões comentadas

Livro do promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás Rafael Simonetti Bueno da Silva, lançado em dezembro do ano passado. A obra, que integra a Série Carreiras Públicas, foi coordenada pelo promotor de Justiça em São Paulo Cleber Masson. É da Editora Método.

Os livros desta coleção têm como objetivo colaborar na preparação para os concursos do Ministério Público e da Magistratura. As questões foram escolhidas para proporcionar ao candidato uma visão ampla do que está sendo cobrado em diversos

concursos públicos do País.

- **A obra é dividida em 16 capítulos:** *Dos Direitos do consumidor; Conceito de consumidor e fornecedor; Da Política Nacional de relações de consumo; Dos direitos básicos do consumidor; Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos; Da desconsideração da personalidade jurídica; Do fenômeno do Recall no CDC;*
- **Temas diversos:** conceito de consumidor, direitos básicos, responsabilidade pelo fato do produto, recall, desconsidera-

ção da personalidade jurídica e infração penal;

- **Temas diversos:** Da proteção à saúde e segurança. Da prescrição e breves considerações sobre a defesa do consumidor em juízo; Das práticas comerciais e disposições gerais da proteção contratual; Das práticas abusivas, dos bancos de dados e cadastros de consumidores e do orçamento; Da proteção contratual; Das cláusulas abusivas e dos contratos de adesão; Das sanções administrativas; e Das infrações penais e da defesa do consumidor em juízo.



ARQUIVO PESSOAL

Nedens Ulisses assume

FOTOS: MARCELO SPEZIALI



NEDENS ULISSES

“Levar a Associação para perto dos colegas mais afastados e que sofrem dificuldades para realizar seu trabalho”



▲ Nedens Ulisses

O procurador de Justiça Nedens Ulisses tomou posse no dia 27 de fevereiro na presidência da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em substituição a Rômulo Ferraz. Com ele assumiram Shirley Fenzi Bertão, 1º vice-presidente; João Medeiros Silva Neto, 2º

vice-presidente; Edson Ribeiro Baêta, 3º vice-presidente; Gilberto Osório Resende, 4º vice-presidente; Selma Maria Ribeiro Araújo, 1º diretor administrativo; Valéria Dupin Lustosa, 2º diretor administrativo; Carlos Henrique Torres de Souza, 1º diretor financeiro; e Luiz Felipe de Miranda Cheib, 2º diretor financeiro.

Também foram empossados os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal. A AMMP tem 1.374 associados, entre procuradores e promotores de Justiça da ativa, aposentados e pensionistas.

Rômulo Ferraz, ao se despedir da presidência da AMMP, saudou os colegas e fez breve balanço de seus dois anos à frente da Casa. Nedens Ulisses falou de seu propósito de “levar a Associação para perto dos colegas mais afastados e que sofrem dificuldades para realizar seu trabalho” como um dos principais obje-

tivos da nova diretoria.

Além do incremento à interiorização das atividades da AMMP, o novo presidente pretende estimular a reflexão dos associados para enfrentarem e vencerem os desafios impostos pelos novos tempos e levar adiante as propostas e realidades que “ora se apresentam”.

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Bechara, depois de apresentar a moção de reconhecimento da Conamp a Rômulo Ferraz, discorreu sobre a história recente do MP, da qual Nedens é um dos personagens principais, posicionou-se sobre a PEC 37, que poderá “instituir um regime poli-

ciaisco próprio da ditadura e dos regimes totalitários” e conclamou os colegas a se manifestarem contra a proposta. O procurador-geral de Justiça, Alceu Torres, destacou a presença de Nedens à frente da AMMP como “uma liderança que a Associação precisa”.

O governador Antonio Anastasia ressaltou a relevância da AMMP, que tem uma missão mais complexa do que qualquer entidade de classe “por seu perfil muito diverso. O MP é tutor e garantidor da Constituição, defensor da cidadania, do povo e do interesse público”, o que faz com que a Instituição se confunda com seus membros, destacou, Anastasia.



▲ Rômulo Ferraz



a presidência da AMMP

GIL LEONARDO

ANTONIO ANASTASIA:

“O MP é tutor e garantidor da Constituição, defensor da cidadania, do povo e do interesse público”



O presidente

Nedens Ulisses esteve à frente da AMMP de 1991 a 1993; foi procurador-geral de Justiça de 2000 a 2004. Foi também membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Grupo Temático da Reforma da Previdência; coordenador do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado - Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos (2001/04); e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG) - 2002/03).

Conselhos

Assumiram o Conselho Deliberativo, da capital - Antônio de Pádua Marchi Junior, Derivaldo Paula de Assunção, Josélia de Almeida Santos, Marcos Viola de Carvalho, Mario Konichi Higuchi Júnior, Renato Augusto de Mendonça, Rômulo de Carvalho Ferraz; do interior, Antônio Henrique Franco Lopes, Eduardo Pimentel de Oliveira, Fábio Soares Guimarães Filho, Glaucir Antunes Modesto, Ivan Eleutério Campos, Breno Linhares Lintz, Ulisses Lemgruber França. Do Conselho Fiscal fazem parte: Ângelo Alexandre Marzano, Décio Monteiro Moraes, Fernando de Abreu Mendes, Hamilton Vieira Santiago, José Maria Ferreira de Castro e Maria Fernanda Araújo Fonseca.

Alguns destaques do pronunciamento de Nedens

“A AMMP não apenas teve uma participação ativa na formação do atual perfil institucional do Ministério Público de Minas e do Brasil, mas, em muitos e fundamentais momentos da nossa história, apresentou-se como o verdadeiro motor e condutor dos anseios da classe em total sintonia com a aspiração do povo mineiro na constituição de uma sociedade mais justa, feliz e segura.”

“De qualquer forma, o momento vivenciado pelo Ministério Público é grave e nos preocupa a todos. Mas temos talentos e disposição em Minas e em todos os recantos do território nacional. Temos serviços prestados à sociedade para atestar a efetividade do nosso compromisso constitucional. Te-

mos uma entidade nacional forte a nos congregar, a Conamp tão bem comandada por nosso presidente e querido amigo César Mattar. Temos heróis e líderes que nos inspiram. E – isso é indiscutível! – alcançamos a maturidade necessária para o permanente exercício da autocrítica institucional e para o indispensável diálogo com a sociedade, as demais instituições e os outros Poderes da República.”

“Enfim, a vida – individual e institucional – exige alteridade, correlação, co-responsabilidade com os nossos destinos. A vida é permanente trabalho para a construção de um mundo mais equânime e justo. É disposição para a solidariedade com o outro, principalmente o mais necessitado. É luta. Eterna e emocionante luta.”

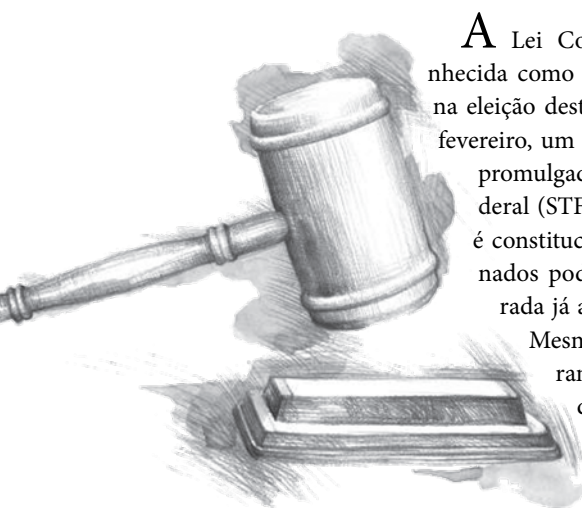


NEDENS ULISSES:

“De qualquer forma, o momento vivenciado pelo Ministério Público é grave e nos preocupa a todos. Mas temos talentos e disposição em Minas e em todos os recantos do território nacional”



Ficha Limpa vale já



A Lei Complementar 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, vale já na eleição deste ano. Por 7 a 4, em 16 de fevereiro, um ano e nove meses depois de promulgada, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a legislação é constitucional e que políticos condenados poderão ter a candidatura barrada já a partir da eleição deste ano.

Mesmo os políticos que renunciaram ao mandato para escapar da cassação ou que foram condenados por um colegiado de juízes antes da entrada em vigor das normas, ficam inelegíveis por oito anos. Essa foi a quinta vez que o Supremo se reuniu para avaliar a Ficha Limpa, tendo havido dois empates em cinco a cinco quando a Corte estava desfalcada de ministros que se aposentaram.

O placar da votação ficou em sete votos favoráveis e quatro contrários aos dois principais dispositivos da lei: o que barra candidaturas de pessoas condenadas por um colegiado de juízes; e o que previa que a lei atinge inclusive aqueles que renunciaram ao cargo político ou que receberam condenação antes de ela entrar em vigor, em junho de 2010.

O STF decidiu que a Ficha Limpa não fere os princípios constitucionais da irretroatividade legal e da presunção de inocência. Eles avaliaram que as normas de restrição à candidatura não são uma pena, mas um requisito para a participação da disputa eleitoral. “Uma pessoa que desfila pela passarela quase inteira do Código Penal, ou da Lei de Improbidade Administrativa, pode se apresentar como candidato?”, questionou o ministro Carlos Ayres Britto, autor do voto que fechou a maioria favorável à Ficha Limpa.

Desta vez, o impasse foi evitado graças ao voto da novata Rosa Weber.

Candidatos com contas rejeitadas serão barrados

Os candidatos com contas rejeitadas estarão impedidos de disputar as eleições a partir deste ano, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão (4 votos a 3) aconteceu, em sessão de 1º de março. Atualmente, há 21 mil candidatos nessa situação, segundo a ministra Nancy Andrighi. “A decisão que desaprovar as contas de candidato implicará impedimento de quitação eleitoral. A certidão de quitação eleitoral é documento necessário para obtenção do registro de candidatura, sem o qual o candidato não pode concorrer.

“Não falamos em prazo”, informou o ministro Ricardo Lewandowski. Será analisado caso a caso para eventuais liberações de candidaturas pelo Tribunal se houver rejeição de contas.

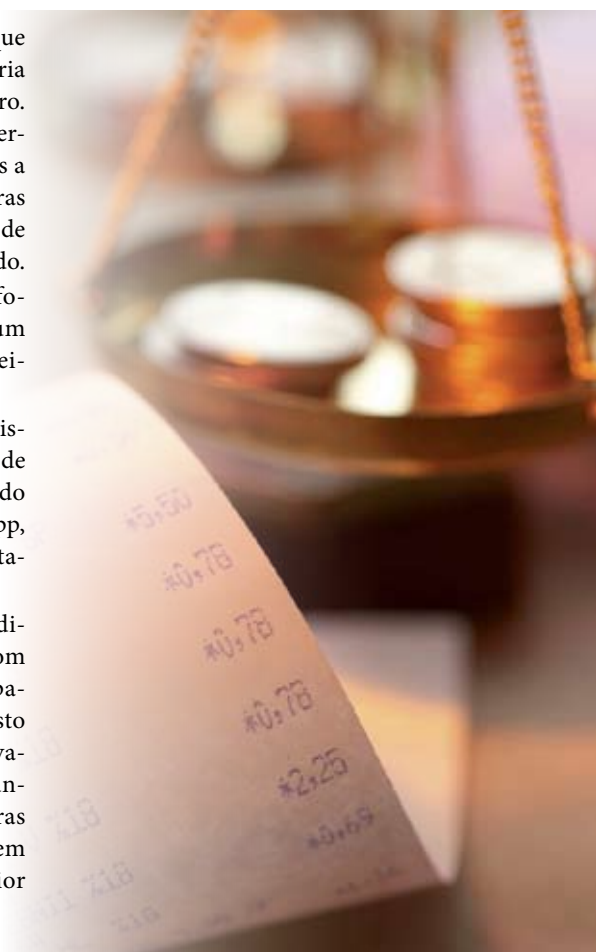
“O candidato que foi negligente e não observou os ditames legais não pode ter o mesmo tratamento daquele zeloso que cumpriu com seus deveres. Assim, a aprovação das contas não pode ter a mesma consequência da desaprovação”, completou Andrighi, ao reafirmar que quem teve contas rejeitadas não está quite com a Justiça Eleitoral.

O TSE, em 2010, tinha decidido que a simples apresentação das contas já seria suficiente para a concessão do registro. No entanto, o Tribunal deu nova interpretação à legislação eleitoral com vistas a evitar contestações de alteração das regras para as eleições municipais a menos de um ano antes do pleito – o que é proibido.

Ficou definido que, se as contas forem rejeitadas depois da posse de um candidato, a sanção valeria para as eleições seguintes.

Votaram a favor da decisão os ministros Nancy Andrighi, Marco Aurélio de Mello, Cármen Lúcia e o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski. Gilson Dipp, Arnaldo Versiani e Marcelo Ribeiro votaram contra.

A Justiça Eleitoral exige dos candidatos a discriminação de gastos com comitês eleitorais, material de campanha, pessoal, entre outros, sendo misto o financiamento no Brasil: parte privado e parte com recursos públicos do fundo partidário. A sessão definiu as regras para as eleições municipais deste ano, em termos de arrecadação, gastos e posterior prestação de contas.





TRE promete rigidez na fiscalização

Será mais rígida a fiscalização da propaganda eleitoral neste ano. Para isso, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) vai descentralizar para todos os cartórios municipais o poder de polícia. Eles poderão fiscalizar e mandar retirar materiais que estejam em desacordo com a lei. Também o eleitor poderá fazer denúncias *on-line*, apontando irregularidades nas propagandas. Outros problemas, como abuso de poder econômico, deverão ser encaminhados ao Ministério Público.

Segundo informação das Secretarias Judiciárias do TRE-MG, em 2010 houve uma experiência proveitosa de descentralização do poder de polícia entre as zonas eleitorais. Antes, somente podiam atuar as comissões de propaganda, formadas em cidades com mais de uma zona eleitoral. Em Belo Horizonte, por exemplo, eram três juízes para as regiões de 18 cartórios. Com a nova regra, se houver uma irregularidade na região central, será o juiz da localidade o responsável por averiguar e determinar a retirada.

Os municípios com mais de uma zona eleitoral terão comissões para julgar representações formalizadas pelo Ministério Público, partidos ou candidatos. Esses grupos também tratarão das propagandas de rádio e TV, com definição de planos de mí-

dia. Foram designados cinco juízes – em vez de três – para a comissão encarregada dos processos sobre propaganda eleitoral.

Segundo resolução da Justiça Eleitoral, se for necessário o juiz diretor do Foro Eleitoral de Belo Horizonte poderá solicitar ao TRE a designação de outros juízes da Capital para auxiliar o exame e julgamento de pedidos de registro de candidatos.

Os cidadãos que pretendem concorrer a um mandato e os eleitores devem ficar atentos às restrições que entraram em vigor em 1º de janeiro. Segundo calendário do TSE, a partir dessa data a administração pública está proibida de distribuir bens, valores ou benefícios gratuitamente. As exceções são estado de

calamidade, emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. Essa liberação, no entanto, não é aplicável a entidades mantidas por candidatos às eleições, que ficam proibidos de oferecer qualquer bem a eleitores.

Pesquisa será registrada

É obrigatório o registro de pesquisas de opinião sobre os postulantes aos cargos em disputa, que estarão disponíveis para o acesso de qualquer cidadão. As entidades ou empresas de pesquisas serão responsáveis pelo registro na Justiça Eleitoral.

A propaganda eleitoral na internet, por comícios ou outros meios só vai ser permitida a partir de 6 de julho de 2012, dia seguinte ao registro das candidaturas na Justiça Eleitoral. No rádio e na televisão, as campanhas começam a ser divulgadas em 21 de agosto.

Cadastro de condenados tem mais de 4.500 nomes

O cadastro de agentes políticos condenados fechou 2011 com 4.584 nomes no Brasil. Além deles, também não poderão concorrer os políticos que renunciaram para escapar de processos de cassação e os que forem punidos por conselhos profissionais.

Para se ter uma ideia da abrangência da Lei, nas eleições de 2010, quando sua aplicabilidade ainda era uma incógnita, 242 candi-

datos tiveram o registro indeferido com base na Ficha Limpa no Brasil. Destes, 165 concorreram, amparados por recursos do TSE, obtendo 8,9 milhões de votos de um total de 111 milhões de eleitores. A grande maioria, no entanto, não conquistou o objetivo pretendido no pleito. De acordo o site “Congresso em Foco”, na ocasião, 151 deles não tiveram votos suficientes para se elegerem.

CNJ, estados e municípios querem estender a lei a cargos de confiança

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai analisar se o Poder Judiciário terá de exigir ficha limpa de funcionários comissionados e ocupantes de funções de confiança. A intenção é estender para esses cargos as mesmas restrições impostas aos políticos. Apresentada pelo conselheiro Bruno Dantas em 5 de março, a proposta será discutida e votada pelo plenário. Caso seja aprovada, será aplicada à Justiça Federal, Eleitoral, Militar, estaduais e de Contas.

O texto da proposta de resolução determina que, em 90 dias, os tribunais façam levantamento e exonerem os funcionários que não preencham os requisitos da Ficha Limpa. Os nomeados para cargos de confian-

ça ou funções comissionadas deverão, antes da posse, declarar por escrito que não se enquadram em nenhuma das situações previstas na lei.

Está prevista ainda recomendação para que, em 60 dias, os tribunais encaminhem às assembleias legislativas dos estados projetos de lei propondo as mesmas regras para a seleção de magistrados e servidores efetivos. Sugere também a proibição de manter, renovar ou prorrogar contrato de serviços com empresas terceirizadas que coloquem à disposição dos tribunais empregados “ficha suja”.

“O que temos é uma demanda ética da sociedade que repercutiu com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, com a declaração de

constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e que o CNJ, que tem representado a vanguarda na administração pública, não poderia deixar apresentar”, afirmou Dantas.

Vários estados e municípios já estão editando leis que estendem a obrigatoriedade da Ficha Limpa para preenchimento de cargos de recrutamento amplo ou de confiança, como são conhecidos os que não exigem concurso público. Mais recentemente, o senador Pedro Taques (PDT-MT) começou peregrinação para conseguir a assinatura de 27 senadores para apresentação de proposta de emenda à Constituição que estenda o conceito da lei para a indicação de pessoas a funções e cargos de confiança em todos os poderes e em todos os níveis de governo.

Conamp empossa nova diretoria

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em Assembleia Geral Ordinária, empossou formalmente os novos membros da diretoria e conselho fiscal da entidade. A solenidade, da qual participaram o presidente da Associação Mineira do Ministério

Público (AMMP), Nedens Ulisses, a primeira vice-presidente Shirley Fenzi Bertão e o assessor José Silvério Perdigão, foi realizada no dia 14 de março. César Mattar Jr. assumiu novamente a presidência da Conamp e ficará no cargo até 2014. Perdigão é tesoureiro da Conamp.

Concorrendo pela chapa União, César foi eleito, assim como a diretoria e o conselho fiscal, por aclamação, pelo conselho deliberativo, em 6 de dezembro de 2011. “A reeleição por aclamação não só coroa os acertos, mas também redobra as nossas responsabilidades. A Conamp já passou, ao longo de sua história, por diversos momentos políticos. Altos e baixos, êxitos e derrotas, convergências e conflitos. Mas, em nenhum momento, a Conamp se desviou de sua missão, de seus interesses”, disse César ao ser reeleito.

A eleição foi realizada em Brasília e contou com a presença dos representantes das 28 associações afiliadas. A Confira abaixo a composição completa da chapa União:

Diretoria: Presidente: César Bechara Nader Mattar Júnior (Pará); 1ª Vice-Presidente: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti (Bahia); 2º Vice-Presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (Rio Grande do Sul); Secretário-Geral: Vinícius Gahyva Martins (Mato Grosso); Tesoureiro: José Silvério Perdigão de Oliveira (Minas Gerais).

Conselho Fiscal: Presidente: Rinaldo Reis Lima (Rio Grande do Norte); Vice-Presidente: Wanderlei Carvalho da Silva (Paraná); Secretário: Edson Azambuja (Tocantins); Membros Marcello Souza Queiroz (Espírito Santo) e Alexandre Magno Benites de Lacerda (Mato Grosso do Sul).



Divulgação

▲ Nedens Ulisses, ao lado do Bechara, na posse dia 14 de março

Ayres Britto é o novo presidente do STF

O ministro Carlos Ayres Britto vai para presidir o Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de 19 de abril, em substituição ao ministro Cezar Peluso. A eleição foi uma formalidade. Já estava previsto que Ayres Britto assumiria a função, porque o STF respeita o requisito de antiguidade na Corte para a escolha do presidente. Ayres Britto não cumprirá os dois anos de mandato, porque completará 70 anos de idade em novembro e, por isso, será aposentado. Também foi eleito o ministro Joaquim Barbosa como vice-presidente do Tribunal. Ele assumirá a presidência do órgão em novembro, no lugar de Ayres Britto.

Em seu discurso, após a eleição,

Ayres Britto, disse que procura “olhar compartilhadamente e contarei com cada um dos senhores para levar a bom termo, rigorosamente nos termos da Constituição, essa digníssima incumbência de presidir as duas instituições. Tenho o conforto ético de contar com o vice-presidente Joaquim Barbosa”.

Ayres Britto é sergipano e formou-se em Direito pela Universidade Federal de Sergipe em 1966, onde também fez curso de pós-graduação para Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado. Na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, fez mestrado em Direito do Estado e doutorado em Direito Constitucional. Atuou como advogado e ocupou cargos públicos

em seu estado natal como os de consultor-geral do Estado, procurador-geral de Justiça e procurador do Tribunal de Contas. Foi professor em várias universidades.

Integra o STF desde junho de 2003. Foi relator de ações nas quais o tribunal decidiu questões polêmicas, como a liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias, a demarcação integral e contínua da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. De maio de 2008 a abril de 2010, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



STF/Divulgação

▲ Ayres Britto integra a Corte desde junho de 2003

Prêmio Innovare recebe inscrições

Estão abertas as inscrições para a IX edição do Prêmio Innovare, que visa identificar e disseminar boas práticas para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional aos cidadãos. O tema geral deste ano é “Desenvolvimento e Cidadania”. As inscrições podem ser realizadas até 31 de maio no site da instituição (www.premioinnovare.com.br).

Na premiação especial, serão reconhecidas práticas relacionadas à “Justiça e Sustentabilidade”, em apoio à Conferência Internacional Rio+20, que reunirá no Rio

de Janeiro líderes do mundo para discutir novas diretrizes para preservação do meio ambiente.

Os interessados podem concorrer em seis categorias: Tribunal, Juiz, Advocacia, Ministério Público e Defensoria Pública, além do Prêmio Especial.

Os vencedores de cada categoria recebem R\$ 50 mil (exceto a categoria Tribunal) e o ganhador do Prêmio Especial terá oportunidade de participar de intercâmbio para conhecer o sistema judiciário e autoridades da

área jurídica de outros países.

O prêmio é realizado pelo Instituto Innovare em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Luiz Carlos Abritta e Conceição Parreiras lançam antologia poética em Paris e recebem medalha

O ex-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e membro da Academia Mineira de Letras, Luiz Carlos Abritta, e sua esposa Conceição Parreiras Abritta, também acadêmica, compõem a antologia poética bilingue “Ecrivains Contemporains du Minas Gerais”, lançada no Salão do Livro, em Paris, no dia 13 de março. Trinta e três escritores mineiros participam da obra, coordenada por Diva Paresi, delegada da Académie de Art, Sciences et Lettres de Paris. No dia 14, foi aberta a mostra “Brasil Art in Paris” e instalado oficialmente o Salão do Livro de Paris.

Para a antologia, foram selecionados dois poemas de cada e encaminhada pequena biografia dois dois, informa Abritta.

No mês de maio, Luiz Abritta e Conceição Parreiras receberam da Academia du Mérite et Dévouement Français, na capital francesa, a Médaille de Vermeil pelos serviços prestados às artes e à cultura. A solenidade será realizada nos Salões Nobres do Intercontinental Hotel com a presença do presidente da França, Nicolas Sarkozy.

Em agosto, Abritta e Conceição vão participar do Encontro Internacional de Poetas e Trovadores, Concepcion, no Chile.

Abritta é membro também do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia Municipalista de Letras, da União Nacional dos Trovadores, dentre outros. Conceição também é acadêmica. Foi reeleita presidente da Academia Feminina de Letras, onde tomou posse no dia 5 de março.



Fotos: Barbara Pixoto

Celebrando a Itália

Luiz Carlos Abritta é presidente da comissão organizadora do Ciclo de Palestras Celebrando a Itália, promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico (IGH), em comemoração ao 150º aniversário da unificação italiana.

O ciclo teve início em junho do ano passado, quando foram realizados seis encontros. Neste ano, serão promovidas sete sessões. Dentre as palestras a serem ministradas, estão “A influência italiana no patrimônio cultural de Minas Gerais e a imprensa italiana em Belo Horizonte”, com o promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda e Geralda Nelma Costa, mestrande da UFMG; “Arquitetura italiana em Belo Horizonte”, com Floriano Lima Nascimento, do IGH; e “O trabalho artístico de artesãos italianos na construção dos edifícios da Praça da Liberdade”, com Fernando Antônio Xavier Brandão, do IGH.



▲ São muitas medalhas e placas recebidas pelo casal pela participação em concursos

Outras informações pelo telefone (31) 3212-4656.

O IGH fica na Rua dos Guajajaras, 1.268, Lourdes, em Belo Horizonte.

AMMP promove palestra-show em homenagem às mulheres

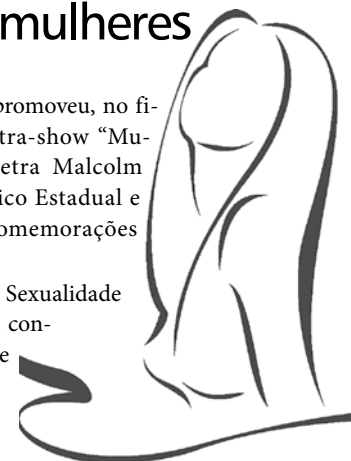


MARIA DO SOCORRO MARTOS

Montgomery, ginecologista, professor, escritor e consultor sobre sexualidade e reprodução

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu, no final da tarde do dia 12 de março de segunda-feira, a palestra-show “Mulher, suas dores, seus amores” com o ginecologista-obstetra Malcolm Montgomery. O evento que teve apoio do Ministério Público Estadual e da SicoobJUS-MP Cooperativa de Crédito, fez parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Malcolm é professor, delegado da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana e da Sociedade Brasileira de Ginecologia Endócrina, consultor de revistas e programas de TV e rádio sobre sexualidade e reprodução. É também autor dos livros *Mulher, O Novo Pai, Dez Amores e Toques Ginecológicos*, dentre outros.



A Voz do Ministério Público está no ar



A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) estreou na noite do dia 9 de março, na TV Comunitária de Belo Horizonte (canal 6 da NET; canal 13 - Oi; e no site www.tvcbh.com.br) o programa A Voz do Ministério Público, que será exibido quinzenalmente.

No primeiro programa, os entrevistados foram o presidente da AMMP, Nedens

Ulisses, e o ex-presidente Rômulo Ferraz. Foram discutidos temas como valorização da carreira, segurança e condições de trabalho, interiorização das ações da Associação e eleição direta para procurador-geral de Justiça.

O segundo programa, que foi ao ar no dia 20 de março, abordou a Lei da Ficha Limpa e contou com a participação do pro-

curador regional Eleitoral Felipe Peixoto e o promotor de Justiça Marcelo Milagres, presidente da Fundação Escola do Ministério Público de Minas Gerais (FESMP/MG)

O programa A Voz do Ministério Público será exibido nos mesmos canais às terças e quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às 13 horas; e aos domingos, às 8h30.

O jornalista Benny Cohen é o entrevistador.

Cinema na AMMP exhibe "O Mineiro e o Queijo"

O projeto Cinema na AMMP foi retomado com a exibição do filme "O Mineiro e o Queijo", do cineasta Helvécio Rattón, no dia 21 de março. O documentário conta a história da fabricação do queijo artesanal de Minas, Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iphan) e como a Lei Federal 1952 afeta a produção e venda do produto.

Segundo Helvécio, a ideia de fazer o filme veio depois que o queijo foi considerado patrimônio cultural. O tom político do documentário aconteceu por

que o queijo mineiro não pode ser comercializado fora do Estado.

Filmado nas regiões do Serro, Serra da Canastra e Alto Paranaíba, o documentário retrata a visão de produtores, comerciantes, cientistas e atravessadores sobre a situação do queijo mineiro.

Essa é a terceira edição do Cinema na AMMP. Na primeira, foi apresentado "Batismo de Sangue", de Helvécio Rattón. Na segunda, foi feita a pré-estreia mineira de "Esse homem vai morrer, um faroeste caboclo", do cineasta Emílio Gallo.



Associação recebe inscrições para o X Congresso Estadual

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) já está recebendo as inscrições para o X Congresso Estadual do Ministério Público, que será realizado de 23 a 25 de maio, no Grande Hotel Tauá, em Araxá. O tema do encontro é "Reflexões contemporâneas sobre a identidade institucional".

Na edição passada, em 2010, o tema do congresso realizado em Belo Horizonte foi "O Desafio do Novo Processo e o MP". O número de teses inscritas foi recorde. Compareceram ao encontro mais de 300 promotores e procuradores de Justiça e foram promovidas palestras, conferências e reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

As inscrições podem ser feitas no site www.ammp.org.br/xcongresso.

Audiências públicas são regulamentadas

O Ministério Público regulamentou sua competência de promover audiências públicas para auxiliar nos procedimentos sob sua responsabilidade e na identificação demandas sociais.

A regulamentação se deu em resolução aprovada no dia 29 de março pelo Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

As audiências serão abertas a qualquer cidadão para discussão de situações das quais decorra ou possa decorrer lesão a interesses difusos,

coletivos e individuais homogêneos. A finalidade das audiências públicas é coletar elementos que embasem a decisão do MP quanto à matéria objeto da convocação.

Segundo o texto, o Ministério Público pode receber auxílio de entidades públicas para custear a realização dessas reuniões, mediante termo de cooperação ou procedimento específico, com a devida prestação de contas. Está previsto ainda que as audiências públicas serão precedidas da expedição de edital de convoca-

ção com informações, como data, horário e local da reunião, no mínimo.

O documento de convocação da audiência deverá também apresentar o objetivo e a forma de cadastramento dos expositores, além da forma de participação dos presentes. Ao edital será dada a publicidade possível, sendo facultada sua publicação em Diário Oficial e obrigatória a publicação no site, bem como a afixação na sede da unidade do Ministério Público, com antecedência mínima de dez dias úteis, segundo informações do CNMP.

A finalidade das audiências públicas é coletar elementos que embasem a decisão do MP quanto à matéria objeto da convocação

Direito à moradia

O mundo contemporâneo vivencia diversos, intensos e complexos desafios. A apropriação privatística e irracional da natureza vem proporcionando perversas e conhecidas consequências. Centenas de conflitos internos e externos, devastando países e destruindo esperanças, ilustram a difícil situação de inúmeros refugiados, uma população nômade, à margem da sua própria condição de ser humano.

O homem precisa sentir-se abrigado, protegido, resguardado do cotidiano. Por mais que se abrigue em ideias, convicções ou sonhos, ele necessita de um teto. O morar não é uma invenção do cotidiano - o morar faz parte da própria natureza humana.

A expressão "sentir-se em casa" revela o conforto e a necessidade da segurança de um espaço de intimidade. A casa é também o lugar da vida, do seu livre desenvolvimento.

O "estar no mundo" pressupõe um espaço de realizações, interseções e também de recanto e resguardo. A casa é o nosso espaço vital, nosso canto no mundo. A moradia constitui uma dimensão fundamental da existência humana, lugar de encontro do ser humano consigo e com o outro.

Para Henri Lefebvre (LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 81), "o ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais (ou a menos) que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário".

As atuais contrariedades e excessos do capitalismo, causadoras de uma tormenta financeira sem precedentes, desafiam as certezas de uma economia globalizada. A acentuada e desorganizada ocupação dos espaços urbanos exclui massa de pessoas, gerando uma população marginalizada, não proprietários e não possuidores que, precariamente, lutam por espaços de dignidade. Aponta Diane Roman (ROMAN, Diane. Le droit public face à la pauvreté. Paris: LGDJ, 2002, p. 426) que o homem é um animal social, cuja segurança deve ser garantida a fim de que sua liberdade possa ser exercida. O direito à satisfação de suas necessidades fundamentais constitui direito natural a ser realizado, inclusive o espaço de moradia que procede diretamente da dignidade da pessoa humana.

O relatório global sobre assentamentos humanos, elaborado pelo Habi-

tat, Escritório das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, diagnosticou que, no ano de 2008, pela primeira vez na história da humanidade, a população urbana ultrapassou a rural.

Há uma sensação de encolhimento do mundo: os espaços parecem cada vez mais escassos diante das mais complexas e crescentes necessidades humanas. Como garantir o valor incomensurável da vida humana em um espaço de expansão limitada, que é o solo urbano? Como assegurar acesso à necessidade vital de moradia?

No Brasil, o diagnóstico de expressiva ausência de moradias no espaço urbano revela problema maior: a realidade das favelas, os extensos aglomerados, os assentamentos irregulares, as áreas de risco, e um universo de pessoas que não ocupam dignamente um espaço, que não possuem um habitat, onde lhes seria possível a existência corporal e o desenvolvimento espiritual. Esse é um dos horizontes a atrair o olhar criterioso, atento e inquieto do jurista. A crise dos espaços de realização e o livre desenvolvimento da pessoa humana também são problemas para o Direito.

O mundo realmente encolheu? Não subsistem mais espaços nas cidades, nas ruas e nas casas? O que é moradia? Confunde-se com residência, domicílio, posse ou propriedade? Existiria um direito de personalidade à moradia como categoria jurídica autônoma? E ainda: a moradia seria muito mais que o local onde vive o ser humano?

Manuel Veiga de Faria (FARIA, Manuel Veiga de. Elementos de direito urbanístico. Coimbra: Coimbra Editora, 1977. p. 16) bem acentua que a moradia é o elemento que "modela o próprio homem, o condiciona e o motiva, e com tal significação o problema urbanístico e habitacional assume uma importância transcendente e uma nova dimensão - a dimensão humana".

O problema não pertence apenas aos urbanistas, aos economistas, aos sociólogos. Alcança também os juristas, sobretudo no Brasil, onde a rápida e desordenada urbanização, aliada a um capitalismo tardio, com elevada concentração de renda, acentua o problema da moradia, que, por si só, afigura-se complexo.

Pode-se afirmar que o direito à moradia transcende a ideia de prestação estatal ou particular e também não



PAULA DANTE

se restringe a uma função de defesa. O destinatário a um espaço essencialmente propício à proteção de sua dignidade é a pessoa em si, independentemente de um contraponto com o Poder Público ou com poderes privados. O ser humano é artífice do seu espaço, e o direito à moradia deve ser compreendido como categoria autônoma de direito de personalidade. A casa é o espaço do eu, mas também do outro. A moradia é o local do encolhimento, mas também da expansão e da realização da afetividade familiar. Fora de sua solidão, é na proximidade afetiva que o ser humano encontra as condições de sua integridade, sendo a casa o locus privilegiado. O desafio contemporâneo é pensar e efetivar mecanismos de realização desse direito além das conhecidas formas contratuais e programas governamentais, dos institutos do bem de família, usufruto, direito real de habitação, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião e muitos outros mecanismos de legitimação de posse. Nesse sentido, a V Jornada de Direito Civil, organizada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), nos dias 9 a 11 de novembro, aprovou o enunciado por mim proposto, segundo o qual o conteúdo dos parágrafos quarto e quinto do art. 1228 do Código Civil pode ser objeto de pretensão autônoma, não se restringindo à matéria de defesa.

Enfim, por mais que o ser humano tenha mobilidade sem fronteiras, é manifesta também sua necessidade de fixar-se, encolher-se e realizar-se em algum canto do mundo.

* Promotor de Justiça; assessor do Corregedor-Geral do Ministério Público, mestre e doutor pela UFMG, professor de Direito Civil na Faculdade de Direito Milton Campos e Presidente da FESMP/MG

Marcelo Milagres: "No Brasil, o diagnóstico de expressiva ausência de moradias no espaço urbano revela problema maior: a realidade das favelas, os extensos aglomerados, os assentamentos irregulares, as áreas de risco, e um universo de pessoas que não ocupam dignamente um espaço"

Bogliolo representa a AMMP em terras gaúchas



FOTOS DIVULGAÇÃO



Alberto Bogliolo venceu mais um desafio. Ele participou, no dia 4 de março, da XIX Supermaratona do Rio Grande, prova de 50 quilômetros, realizada na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Bogliolo completou a prova em 4h15min, o que lhe valeu o quadragésimo lugar. Ele foi o sétimo na faixa etária de 35 a 39 anos.

A largada foi no Balneário Cassino e seguiu até a cidade do Rio Grande, a 23km de distância. Os últimos sete quilômetros foram nas areias da Praia do Cassino.

FELIPE JAVARE



Circuito das Estações abre calendário de corridas em BH

O Circuito das Estações Adidas, uma das provas mais disputadas do calendário esportivo da capital mineira, abriu 2012 com a 'Corrida é arte' no dia 11 de março. A prova homenageou quatro pintores: Pablo Picasso, Paul Cézanne, Georges Braque e Tarsila do Amaral. As obras dos artistas puderam ser conferidas em reproduções no trajeto em que foi realizada a corrida. A novidade foi a medalha em forma de mandala.

Também foi novidade e agradou muito os participantes a divisão das largadas. Os participantes dos 5 e dos 10km largaram em horários distintos. Quem disputou a prova maior, teve mais espaço para correr.

As outras etapas do Circuito das Estações já têm data marcada. Dia 17 de junho será a etapa Inverno. A Primavera chegará no dia 19 de agosto. Fechando o circuito, a etapa Verão será realizada em 25 de novembro.

Outras corridas a serem realizadas no mês de abril em Belo Horizonte são: Asics Golden Four, dia 1º; Ecorun, dia 15;



FELIPE JAVARE

Circuito Athenas; dia 29.

A AMMP acredita no esporte como ferramenta de promoção à saúde. "Uma vida ativa melhora a auto-estima, a capacidade mental, o nível de concentração, além de melhorar o nível de colesterol e evitar doenças crônicas, como as cardíacas", alerta o diretor de Esportes, Gilberto Osório.

Faça parte da Equipe AMMP de Corrida de Rua.

